

A POLÍTICA DE GÉNERO NA REPRESENTAÇÃO VISUAL DO VIH/SIDA: O CASO DOS JORNAIS PORTUGUESES

ZARA PINTO-COELHO

UNIVERSIDADE DO MINHO

Resumo

Este artigo questiona a representação visual do VIH/SIDA na imprensa portuguesa, partindo de uma abordagem semiótica social (Kress e Van Leeuwen, 1996) e numa perspectiva feminista (Lazar, 2005). Pretende destacar o modo como se articulam os discursos usados na construção visual do VIH/SIDA e os usados na sua construção linguística, prestando especial atenção às diferenças e semelhanças entre representações de mulheres e de homens e aos discursos de género. Pode ser visto também como exemplo de uma forma possível de articular a Análise Crítica do Discurso (van Dijk, 2005) com a Semiótica Social da imagem visual numa análise da construção do género no discurso jornalístico.

Palavras-chave

VIH; SIDA; representação visual; discurso; jornais; media; género; semiótica social; análise crítica feminista do discurso.

Background e objectivos

As desigualdades de género e as ideologias na sua base constituem um problema fundamental para a prevenção e cuidados associados ao VIH/SIDA. São vários os estudos que apontam nesse sentido e que mostram como este problema ganha diferentes formas em contextos culturais distintos (Rao Gupta, 2000; Mane & Aggleton, 2001; Kogan *et al.*, 2006). No entanto, esta dimensão política do problema, apesar de reconhecida em fóruns internacionais, como, por exemplo, na chamada Plataforma de Acção de Pequim (1995), e de se constituir em vários países do mundo como uma arena de intervenção oficial, em parte devido aos esforços desenvolvidos pelos movimentos feministas, não tem marcado a agenda do discurso público no nosso país. Porém, a necessidade de incluir a dimensão de género no estudo desta problemática foi reconhecida no quadro de um projecto de investigação (PTDC/CCI/67146/2006) que

termina precisamente no decorrer do ano civil em curso. Construído em torno de algumas áreas consideradas fundamentais na Plataforma de Acção de Pequim (poder e tomada de decisão, violência contra as mulheres e saúde sexual e reprodutiva), o projecto elegeu o discurso dos media sobre estes assuntos como problema central. Se é verdade que os media desempenham um papel fundamental na construção de uma opinião pública informada e nos processos de deliberação política, também já se sabe que o espaço público nas sociedades democráticas permanece um espaço *genderizado*, e que nesse processo o discurso dos media tem tido um papel crucial. Por isso este projecto quis saber se estes assuntos críticos entram na agenda dos media, e de que forma, para assim tentar compreender melhor as relações entre o discurso dos media sobre género e os sistemas político e social.

O VIH/SIDA foi um dos assuntos trabalhados neste quadro. Abrangendo os anos de 2007 e 2008 (1º semestre) da cobertura jornalística em 12 periódicos (*JN, DN, CM, Público, 24 Horas, Primeiro de Janeiro, Sol, Expresso, Semanário, Visão, Focus, Sábado*), concluiu-se que a cobertura continua a dar preferência ao discurso medicalizado, somático e internalizado do VIH como uma doença sexualmente transmitida de identidades liminares e de comportamentos marginais que remonta aos anos 80, só que aplicado ao campo da heterossexualidade. Neste campo, a imprensa centra a sua atenção nas mulheres, quer nas mulheres com VIH e/ou SIDA, quer nas mulheres “em risco”, embora a ênfase seja colocado nas primeiras. Reproduzindo o discurso sobre risco usado na saúde pública (Lupton, 1993), distingue dois tipos de vítimas: as “vítimas culpadas” (enfoque no desvio sexual, objectivado na figura da “prostituta”) e as “vítimas inocentes” (enfoque no desvio sexual, objectivado na figura da “mãe solteira”). Relativamente aos homens heterossexuais com VIH, são colocados em diversas posições: vítimas inocentes, vítimas da sociedade, ou vítimas do impulso sexual masculino. Os *nice guys* e as *nice girls*, quer dizer, mulheres e homens brancos da classe media, de meia-idade, casados e pais de família, nunca aparecem designados como grupo quando se fala de doença. Quando o assunto é a prevenção, e estão em causa práticas reprodutivas, o enfoque recai apenas nas mulheres, na sua vontade, ou na falta dela, um traço característico do discurso da saúde pública sobre o assunto. Num caso, como noutra, e apesar da natureza contraditória das representações, a coerência ideológica deste discurso é evidente: homens e mulheres ocupam nele posições assimétricas. Esta inscrição em discursos de género hegemónicos, que introduz um elemento “familiar” na cobertura, aliado ao facto de a maior parte dos leitores não ter uma experiência directa ou indirecta do assunto, torna mais provável que

o conhecimento e as opiniões que a caracterizam sejam aceites passivamente pelos públicos destes jornais. Relativamente às políticas de regulação do VIH/SIDA, o discurso jornalístico, ao definir o VIH/SIDA como um problema de comportamentos sexuais individuais de certos grupos de mulheres heterossexuais, que se explicam por actos de vontade, e sobretudo pela diferença heterossexual, contribui para manter afastada do espaço público a possibilidade de discutir o assunto no quadro das desigualdades de género. Está ainda investido de outras utilidades ideológicas: pode servir para que eventuais reforços no controle da liberdade sexual das mulheres sejam vistos como “inevitáveis”; e pode também ajudar a explicar e a justificar a progressiva medicalização do problema e da sua solução, com o conseqüente enfraquecimento da dimensão pública ou social dos mesmos (Kippax & Race, 2003).

Neste artigo, pretende-se complementar esta análise, centrada apenas nas características verbais do discurso jornalístico sobre o VIH, pondo em destaque o modo como o assunto é visualmente representado. Procura saber-se em particular se há ou não coerência ideológica entre os discursos usados na construção linguística do VIH/SIDA e os discursos usados na sua construção visual.

O debate sobre o regime da representação visual do VIH/SIDA nos media anglo-saxónicos

A questão da representação visual do VIH/SIDA nos media constitui um espaço importante de debate para investigadores, fotógrafos e activistas no quadro da “epidemia de significação” (Treichler, 1988) que tem caracterizado o processo de construção social do campo que compreendemos como sendo o da SIDA. À semelhança do que ocorre noutros debates, centrados na natureza e no poder das imagens da diferença (Hall, 1997) para “fixar” discursos e posições de visionamento dentro de um leque limitado de posições subordinadas, não é de todo claro que as tentativas visuais feitas no fotojornalismo, e noutras áreas, no sentido de desestabilizar significações dominantes, tenham introduzido a mudança social desejada. Dar uma face à SIDA, substituir imagens negativas por imagens positivas, mostrar as pessoas a viver com o VIH/SIDA, em vez de a morrer com SIDA, parece ter significado a introdução de um discurso humanitário no quadro dos media anglo-saxónicos (Crimp, 1992; Gillman, 1987; Lupton, 1993; Sacks, 1996; Miller, 1998; Lynch, 2000; Campbell, 2007). No entanto, este processo tem sido atravessado por contradições e, na verdade, parece

continuar a funcionar sob a necessidade de externalizar o perigo, de tornar o doente diferente e a doença propriedade do outro, e de assim policiar fronteiras sócio-culturais (Crawford, 2006). Neste quadro, os doentes tornam-se úteis para posicionar as qualidades abstractas da doença e as qualidades imaginadas do outro. E este outro, como é característico na história da compreensão das doenças mortais, não é apenas outro porque é doente, mas porque é já um outro, ou seja, é a sua alteridade que explica porque *eles* e não *nós* somos susceptíveis à doença (Sckiller *et al.*, 1994). No quadro do discurso do risco, utilizado na saúde pública relativamente ao VIH/SIDA, isto equivale a dizer que “estar em risco” significa também “estar em pecado”, quer dizer, ser-se visto não só como diferente, mas também como desviante.

Segundo Campbell (2007), o humanitarismo introduzido no fotojornalismo da cobertura do VIH/SIDA tem ainda outro tipo de efeito: o de reforçar a despolitização do problema. Ao funcionar sob o regime medicalizado, somático e internalizado da representação do VIH/SIDA, significou uma continuidade na tradição humanitária da fotografia documental, expressa no uso de imagens do indivíduo (corpo e face) para significar assuntos sociais. Ora, este tipo de estratégia, se bem que possa despertar nos visionadores sentimentos de tipo humanitário, pelo menos face a determinadas “vítimas inocentes”, contribui, simultaneamente, para reforçar a “ideologia da responsabilidade individual” pela saúde, característica da nova ordem social neo-liberal (Crawford, 2006). Neste quadro, o outro que é mostrado, pode suscitar pena, pode mesmo ser motivo de empatia e identificação, mas permanece sempre como *o outro* para *nós*, não sendo portanto eficaz para evitar o processo em curso de atenuação do “social” ou do “público” nas políticas de controlo do VIH/SIDA.

Uma abordagem sócio-semiótica da imagem visual

Este breve retrato do debate em torno da representação visual do VIH/SIDA permite mostrar a relevância do assunto para os que se interrogam sobre o papel ético dos media na vida pública actual das sociedades ocidentais, assim como sobre o seu papel político na construção de uma opinião pública informada e de uma cidadania democrática. Apesar de vivermos hoje num mundo cada vez mais visual, e do valor que jornalistas, organizações noticiosas e políticos dão à imagem noticiosa fotográfica, nem por isso são mais consensuais, ou melhor compreendidos, os modos como este tipo de imagem é usada nas práticas jornalísticas. Há, de facto, vários estudos

que mostram o papel crucial desempenhado pela fotografia do jornalismo actual em situações de conflito e de crise (Huxford, 2004; Chouliaraki, 2006; Konstantidou, 2008). No entanto, pouco se sabe sobre a dimensão visual dos assuntos que caíram na rotina jornalística, como é o caso do VIH/SIDA (Bardhan, 2001). No nosso país, os vários estudos sobre a cobertura jornalística deste assunto (Traquina, 1998; Ponte, 2004; Pinto, 2006) centram-se na palavra e cobrem os períodos de crise. Será precisamente nos casos de rotina que a necessidade de reflectir sobre as práticas se impõe de forma evidente. Como sublinha James de Vries, apesar de os proprietários dos jornais e dos editores reconhecerem a importância da comunicação visual, o mais provável é que a pensem como um elemento decorativo do conteúdo: “they are word paper, and their cultivation is infused with the solitary primacy of words” (2008: 7). Deste logocentrismo parecem sofrer também as redacções, que tendem a ver a imagem como um mero acessório da palavra, não estando por isso sequer convencionadas as normas da sua utilização. Partir do princípio de que a linguagem é o elemento central numa página de jornal, e reduzir, como acontece frequentemente, a dimensão visual da página do jornal ao uso da imagem fotográfica, e esta àquilo que mostra ou dá ver, isto é, ao conteúdo, significa correr o risco de não compreender a acção semiótica em causa. Importa sim, vê-la como ela é: uma página multimodal, um espaço onde imagem e linguagem, cada um com potencialidades e limitações inerentes, comunicam diferentes significados e se articulam de modos diversos, incluindo de modos contraditórios ou antagónicos (Kress & van Leeuwen, 2001). Neste quadro, em qualquer análise do uso de imagens fotográficas, ou de imagens de outro tipo, nas páginas dos jornais, importa levar em conta a “sintaxe” das imagens em causa, e o modo como se articulam com o texto linguístico e com os restantes elementos visuais da página (*e.g.* composição da página, tipo de letra, cor, etc.) num todo significativo e coerente (Kress & van Leeuwen, 1998). No entanto, este tipo de exercício apenas fará sentido se a isto juntarmos o interesse de contextualizarmos a imagem na prática social de que faz parte. Isto é, se a analisarmos como um processo profundamente inserido em, e afectado, por estruturas de poder e por sistemas de representações cultural e historicamente motivados. Portanto, ao estudarmos a significação visual, ainda que a ênfase seja posta na análise detalhada dos usos dos recursos visuais, a imagem nunca é vista como um texto fechado em si próprio. Na perspectiva da semiótica social de Kress e van Leeuwen, toda e qualquer imagem é uma construção ideológica, isto é, resulta de escolhas motivadas por interesses dos seus produtores e tem o poder de condicionar, de alguma forma, o leque de leituras possíveis. Daí que numa análise deste tipo não

se possa separar o que é mostrado da forma como é mostrado, isto é, o conteúdo do modo como a ou o leitor/visionador é definido, e convidado a posicionar-se face a ele. Só assim poderemos compreender o que pode ser dito e feito com recursos visuais, e a forma como isso pode ser interpretado.

A representação visual de qualquer assunto social, nos media ou fora deles, constitui por isso um objecto curioso e complexo. Ser capaz de analisar sistematicamente a representação visual permite não só negociar significados, que de outra forma poderiam ser articulados como fixos, como também abrir portas a novas possibilidades semióticas e a novos regimes do olhar, e dar lugar à mudança social (Jewitt & Oyama, 2003).

Metodologia

A articulação entre a análise visual e a análise da dimensão linguística dos textos é realizada neste artigo através da conjugação de dois elementos: título principal da peça (identificado pela saliência visual – uso de bold, tamanho relativo, posição na página), e fotografia mostrada na peça. Analisámos o modo como se articulam, mas damos especial atenção à organização interna da imagem, uma vez que o visual constitui o objecto central deste artigo. Em alguns casos pontuais, à análise desta relação, junta-se também a relação entre título, imagem visual e legenda.

Na análise da imagem visual, Gunther Kress e Theo van Leeuwen (1996), inspirados em Halliday (1978) destacam três tipos de funcionamento semiótico, sempre realizados em simultâneo: representacional, interaccional e composicional. A dimensão representacional tem que ver com o conteúdo das imagens, com o modo como representam o mundo, e assim com os efeitos em termos de conhecimento e de crenças; a interaccional, tem que ver com a forma como as imagens criam determinadas relações entre os visionadores e os participantes representados e, portanto, com os efeitos de poder e de controlo; e a dimensão composicional, relaciona-se com o modo como os elementos representados formam um todo coerente, um tipo de texto reconhecido (por exemplo, uma fotografia noticiosa).

De forma a traçar um retrato geral da representação visual do HIV/SIDA, optamos por classificar segundo o tipo (e.g. fotografia, ilustração, gráfico, desenho) as imagens visuais inseridas nas 59 peças jornalísticas do corpus. Num segundo momento, analisou-se a dimensão representacional destas imagens, isto é, a forma como constroem o mundo do VIH/SIDA: que pessoas, lugares e objectos dão ver (e excluem)?

Usamos duas categorias usuais neste tipo de exercício para agrupar motivos (motivos humanos/não humanos), tendo prestado atenção especial ao sexo da pessoa mostrada e ao modo como o corpo é mostrado (na totalidade/em fragmentos), dados os objectivos específicos deste exercício, e as características das imagens visuais analisadas. Por fim, classificamos as imagens segundo os dois tipos de padrão representacional identificados no quadro analítico de Kress e van Leeuwen: imagens narrativas e imagens conceptuais. Distinguem-se em termos visuais pela presença ou ausência de um vector ou vectores que ligam os participantes. As representações narrativas relacionam os participantes em termos de “acções” ou de “acontecimentos” no curso de acções, acontecimentos ou processos de mudança por meio de um vector, isto é, uma linha, frequentemente diagonal que expressa algum tipo de “fazer”. As conceptuais não contêm vectores. Definem ou analisam ou classificam pessoas, lugares e coisas. Representam os participantes segundo as suas essências, mais ou menos estáveis, mais ou menos eternas, e não como estando a fazer alguma coisa. Imagens narrativas e conceptuais desempenham assim funções muito diferentes em termos de comunicação. As primeiras servem para contar histórias, as segundas para explicar como as coisas são. Uma vez que estamos face a imagens de textos jornalísticos, e que estes se inscrevem na sua maioria no género “notícia”, será que as imagens são de tipo narrativo? Representarão uma cena, um actor na narrativa noticiosa? Ainda dentro deste quadro geral, procedeu-se a uma classificação do conjunto das imagens segundo o seu funcionamento interaccional. Quer dizer, segundo o modo como convidam os leitores/visionadores a posicionarem-se face ao que é mostrado. Dos muitos traços visuais passíveis de serem usados para construir esta relação, levei apenas em conta um, para efeitos de construção do retrato geral – o acto da imagem –, sendo que os outros traços (e.g. a distância, traduzida no tamanho dos enquadramentos, o ponto de vista, expresso pelos ângulos, e a modalidade, expressa de várias formas: grau de saturação das cores, iluminação, profundidade, etc.) serão usados na análise dos exemplos escolhidos para discutir em detalhe.

Relativamente ao acto da imagem, Kress e van Leeuwen defendem que as imagens visuais podem agir no e para o visionador de duas formas: ou pedir-lhe algo, no caso em que o participante representado olha directamente para o visionador (imagens-pedido), ou simplesmente darem-se a ver como objectos de contemplação, nos casos em que o participante representado não olha directamente para o visionador (imagens-oferta). O acto da imagem, ou seja, se a imagem pede algo ao visionador ou lhe oferece algo, é crucial, assim como aquilo que pede ou que oferece. É a na-

tureza do acto da imagem que determina o seu conteúdo, uma vez que ver uma imagem implica, em primeiro lugar, ser posicionado de uma forma social particular pela e em relação à imagem, isto é, ser posicionado face ao mundo que ela mostra e face a quem a produz. Como é que os leitores/visionadores dos jornais são posicionados para olharem para a cena representada nas imagens que acompanham as notícias? Que tipo de atitudes lhes são atribuídas face ao representado? Como é que estes significados são inscritos por relações de poder – especialmente entre os indivíduos ou grupos sociais representados, os jornais que publicam e os leitores implicados?

À análise geral dos tópicos (van Dijk, 2005) expressos nos títulos, realizada na análise que precedeu o presente exercício, juntamos uma análise detalhada de algumas das suas estruturas para fins da presente análise. Para o efeito, usámos o modelo fornecido por van Leeuwen (1997) para a análise da representação dos actores sociais. Recorremos também ao vocabulário analítico usado por Norman Fairclough (1995), referente às escolhas realizadas ao nível gramatical (nominalizações, voz passiva, tipos de processos) e à estrutura de distribuição da informação na frase que compõe o título (o “tema”, isto é, a informação colocada no início da frase, e que define sobre o que é mesma, sendo por isso mais proeminente em termos informativos). Importa referir, por fim, que o sistema de relações proposto por Martinec & Salway (2005) constituiu também uma fonte de inspiração.

Os exemplos mostrados neste artigo estão organizados em anexo sob a forma de dois conjuntos. O primeiro conjunto integra as imagens-oferta e constitui o centro da discussão; e o segundo, as imagens-pedido. O conjunto das imagens-oferta inclui: título principal da notícia e fotografia que a acompanha, em regra colocada a seguir ao título, e a identificação da fonte. O conjunto das imagens-pedido, para além de incluir os títulos das peças e a identificação dos jornais em que foram publicadas, inclui também citações que acompanham duas dessas imagens.

VIH/SIDA e género no mundo mostrado nas páginas dos jornais portugueses¹

De forma a poder contextualizar a discussão da análise visual no quadro discursivo global que caracteriza a cobertura jornalística, importa sumariar alguns seus tra-

1. Ver dossier de imagens nas pp. 121,122 e 123.

ços principais, quer em termos de produção (fontes e géneros noticiosos mais usados), quer em termos de textos verbais (tópicos mais abordados). Relativamente às fontes, constatou-se que as fontes institucionais (sobretudo as ligadas às ciências médicas, à saúde pública e ao aparelho judicial) são as mais usadas e que o recurso a fontes ligadas a ONGs é insignificante no contexto actual. O género jornalístico escolhido por excelência é a notícia, cobrindo 66% dos casos analisados, seguido da reportagem (21%). No que concerne às estruturas discursivas, destacamos duas classes de tópicos associada com o VIH: a mais frequente é sobre problemas vividos e causados por pessoas com VIH/SIDA e, em menor grau, sobre problemas que essas pessoas (supostamente) colocam a si próprias; a outra classe de tópicos versa sobre avanços e retrocessos do conhecimento científico sobre o VIH, novidades relacionadas com as políticas públicas nacionais (incluindo as de educação sexual) e internacionais com o uso de contraceptivos e a realização de testes de detecção do vírus por celebridades.

Em sintonia com a natureza predominantemente factual deste discurso, e a sua produção em contexto de rotina, o tipo de imagens mais usadas são as fotografias, incluindo as de arquivo, sendo poucos os casos em que se usam desenhos ou gráficos. Esta escolha está em sintonia com a natureza predominantemente factual do discurso jornalístico em análise, que é, como dissemos, produzido num contexto em que o VIH/SIDA caiu na rotina. Também em termos visuais encontramos uma hierarquia semelhante à detectada na organização de tópicos: das 38 peças jornalísticas acompanhadas por uma ou mais imagens visuais (o que representa 64% do total das peças do *corpus*), 24 cobrem tópicos relacionados com problemas das pessoas com VIH/SIDA. Apenas 6 das fotografias que constituem o *corpus* integram motivos não-humanos (*e.g.* edifícios, medicamentos, preservativo, moléculas).

Relativamente às que integram motivos humanos, mulheres e homens são mostrados de forma diferente, quando comparamos uns e outros (não se inclui nesta comparação o tratamento visual dado às fontes institucionais, quer em notícias em que são chamadas a dar opinião sobre um evento, quer em notícias em que as fontes são o motivo da notícia, casos que não serão abordados neste artigo por motivos de falta de espaço). Essa diferença resulta da frequência com que se mostram uns e outros e do modo como se escolhe fazê-lo. As mulheres são mostradas mais vezes do que os homens. Mesmo nos poucos casos em que a narrativa se centra num acontecimento em que estão envolvidos um ou mais homens com VIH, os jornais escolheram colocar imagens de mulheres, por (alegadamente) serem suas “companheiras”, ou por serem

alvo de discriminação social (ver figura 1 e figura 2, respectivamente). Optam assim ou por inverter a relevância que é dada ao homem no título (colocado na posição de tema na figura 1), ou usam a imagem para acrescentar significados novos e diferentes ao título principal da notícia (caso da figura 2).

Este privilégio concedido à masculinidade heterossexual também é visível em notícias sobre o uso de contraceptivos (ver figura 3 e figura 4). Na figura 3, título e fotografia reforçam-se mutuamente. Ambos realçam a gravidez, e não a concepção, responsabilizando assim apenas as mulheres pelo seu controlo, como se o óvulo se auto-fecundasse. No entanto, a legenda da fotografia acrescenta novos significados à imagem fotográfica e ao título da notícia, ao explicar a gravidez pela “falta de uso de contraceptivos”. Ora, ainda que na construção linguística da legenda se tenha optado pela ocultação do sujeito responsável pelo uso de preservativos, escolhendo a forma passiva, a imagem permite acrescentar, explicitando quem é que não usa o que deveria usar. Como na imagem apenas se mostra a barriga de uma mulher, e como se opta linguisticamente por ocultar o sujeito da acção, usando o substantivo “uso”, o qual sugere que se trata apenas de uma questão de escolha, resulta daqui um novo significado: para além de serem construídas como as responsáveis pelos cuidados de contracepção, as mulheres são também culpabilizadas por causa da sua aparente cedência voluntária ao risco. Tanto num sentido como noutra, o homem heterossexual desaparece.

No caso da figura 4, a estratégia visual escolhida é diferente. Trata-se de uma imagem narrativa, e não conceptual, como a anterior. Mostra-se um casal de jovens de costas para o visionador, a afastar-se, mas é a rapariga que é dado o papel de agente na acção de conduzir o rapaz. Esse significado resulta de várias escolhas feitas ao nível da composição da imagem: o corpo da rapariga é colocado mais à frente do que o do rapaz, está no lado direito da imagem, ou seja, na localização que acrescenta o significado de novo ao corpo da rapariga, como se o leitor desconhecesse essa informação, e o rapaz do lado esquerdo, do lado do que se assume como sendo já dado como certo pelo leitor. Esta disposição revela a forma como é definida a situação pelo jornal e como este pretende direccionar a leitura dos leitores. A opção por uma modalidade menos realista no quadro do código fotográfico (sem *background*, jogo de sombra e luz, cores pouco saturadas), ajuda também a reforçar o significado de “ideal” atribuído à mensagem: trata-se daquilo que as raparigas deveriam fazer, para serem fiéis aos seus deveres de “prestadoras de cuidados”. Apesar do título falar de resistências dos portugueses ao uso do preservativo, a imagem, na qual a mulher conduz

o homem, remete para a ideia de que são os homens que resistem ao seu uso, sendo atribuídas à mulher a responsabilidade de quebrar a resistência, conduzir o processo (em direcção à luz – à parte iluminada da imagem –, o comportamento responsável).

Outra das diferenças entre a forma como são representados mulheres e homens é a seguinte: as imagens em que se mostram apenas mulheres estão mais centradas no corpo, no corpo erótico e materno, e esse corpo é mais frequentemente reduzido a fragmentos. Temos assim que o VIH/SIDA é representado metonimicamente por uma parte do corpo da mulher, e, simultaneamente, essa parte do corpo da mulher, simbolicamente associada à sua heterossexualidade e a valores eróticos e maternais que dela fazem parte, define a feminilidade. Digamos que ocorrem assim dois processos em simultâneo, o da somatização do VIH/SIDA e o da somatização da feminilidade. Em ambos os casos, os actores sociais envolvidos são despersonalizados ou objectivados (van Leeuwen, 1997). Estas escolhas são ideologicamente congruentes com as posições contraditórias atribuídas no discurso escrito às mulheres. Como referimos antes, a imprensa portuguesa reproduz a vacilação já histórica do discurso dos media ocidentais sobre as mulheres e o VIH/SIDA. Colocando a ênfase no desvio dos *scripts* da heterofeminilidade dominante relativos às práticas sexuais e à maternidade, vacila entre a representação da mulher como fonte de contágio, e a representação como vítima culpada.

Vejamos o caso da figura 5, que ilustra o processo de construção da diferença sexual feminina como desvio do *script* heterossexual, e o desvio como fonte de contágio, tanto para os homens, como para as mulheres “normais”. Este é o tema que reúne o maior número de textos dedicados ao VIH/SIDA em todos os jornais diários. Trata-se do caso designado pelos jornais como sendo o da “prostituta”. Levando em conta a relação entre o título escolhido para a notícia e o tipo de fotografia que a acompanha, vemos que as opções de representação são diferentes. Enquanto no título se opta por sublinhar a acção do tribunal sobre a médica (“Tribunal obriga médica”), e pelo uso da nominalização em vez de uma frase completa (“infecção com HIV”, em vez de “alguém está infectado com”), o alvo da fotografia é a mulher desviante. Neste jogo, a escolha visual ajuda a especificar o que tinha sido deixado em abstracto no título. No entanto, o efeito de reificação produzido pela uso da expressão “caso de eventual infecção com”, acaba por ser reforçado pelo tipo de imagem oferecida. Trata-se de uma imagem que visa essencialmente classificar a participante representada como fazendo parte de um certo grupo. Esse grupo é simbolicamente representado por objectos (*e.g.* botas, saia, meias), pose, circunstâncias e lugar (ambiente urbano noctur-

no, esquina de rua), atributos e circunstâncias estereotipadas que estabelecem a sua identidade como prostituta. A um segundo nível, há nesta imagem outros processos, de natureza narrativa, em que a participante é representada como estando à espera, e a puxar o casaco para o lado, mas estes significados apenas servem para reforçar a intenção classificadora da imagem. Este jogo mútuo entre imagem e título exemplifica o tautologismo característico do discurso do VIH/SIDA sobre as prostitutas (e outros grupos “desviantes”), assente na equação de actos e identidade (Richardson, 1996; Patton, 1990), e que vimos agora replicado: independentemente da diversidade das práticas sexuais destes grupos de mulheres, do facto de haver ou não consentimento ao acto, e do acto resultar em transmissão, são colocadas *a priori* como fontes “poluentes”, ou seja, como culpadas. No exemplo que estamos a analisar isto significa que, sob uma aparente personalização (já que a notícia em causa se refere a uma mulher em particular), é com base num esquema de opiniões negativas estereotipadas (van Dijk, 1998) que o caso é implicitamente explicado.

A figura 6 constitui outro exemplo de uma imagem fragmentada, mas desta vez representa a mulher mãe, simbolicamente representada pelo ventre, o significante-chave da maternidade (Betterton, 2002). Se a compararmos com a fotografia mostrada na figura 3, podemos notar uma diferença significativa. É verdade que ambas são imagens conceptuais, e que a saliência visual do ventre da participante representada constitui o atributo que permite definir a sua identidade como grávida. No entanto, há na imagem da figura 6 um outro processo, que estabelece a sua identidade como “grávida doente”, um significado que lhe é atribuído pelo valor simbólico associado aos medicamentos que segura na mão. O peso visual dado ao *blister* de medicamentos, por estar colocado do lado direito do ventre, representando por isso o novo, por ser mostrado na parte da frente da imagem, e pela saliência visual da cor branca em contraste com as mãos negras, reforça visualmente a definição da mulher como doente. Trata-se visualmente de um processo simbólico-atributivo (Kress & van Leeuwen, 1996): o atributo é o *blister*, destacado, mostrado, exibido ao visionador e aparentemente fora do local ou a despropósito na situação representada. Além disso, ao contrário do que acontece na fotografia da figura 3, a distância a partir da qual é mostrada a participante representada é maior, permitindo visualizar o tronco e uma parte do seu rosto: queixo e lábios. Lábios e cor de pele servem para lhe acrescentar ainda outra diferença: a étnica. Olhando para a designação escolhida para as caracterizar no título da notícia (“imigrantes”, “grávidas seropositivas”), e para o facto de terem sido colocadas na posição inicial de “tema” na frase que constitui o título,

poderíamos dizer que a imagem mostra um exemplo típico dessa classe. No entanto, também se reforçam mutuamente: o facto de se ter escolhido (mais uma vez) uma imagem conceptual para acompanhar um título narrativo, em que se representam os actores sociais no papel de agente num processo mental, mostra visualmente o peso ideológico que é atribuído à pertença de grupo. Esse mesmo peso é visível também na acusação que o título faz. Esta acusação resulta do tipo de acção que é atribuída a estas grávidas: “ignoram”. Ora ignorar significar no contexto da notícia ser negligente, colocar-se em risco, estar em pecado, e não desconhecer os perigos.

Os últimos exemplos analisados mostram como as estratégias de somatização visual em articulação com estratégias de generalização e de assimilação linguística usadas na representação das mulheres heterossexuais com o VIH e ou SIDA (e também das mulheres em risco) resultam na sua despersonalização. Estas mulheres são simbolicamente retiradas do mundo da experiência imediata dos leitores, tratadas como outros distantes, em vez de pessoas com quem “nós” temos de lidar no quotidiano. Esta estratégia de oposição é reforçada pela localização da patologia em certos grupos de mulheres, definidas pela sua heterossexualidade, mas cuja heterossexualidade é definida como desviante. Neste aspecto, o uso de imagens conceptuais para as representar desempenha um papel crucial: localiza o desvio sexual na mulher representada como uma essência fixa, como se fosse um atributo particular de um certo tipo de pessoa. É desta essência que se faz decorrer simbolicamente a sua patologia (Watney, 1987).

A estratégia da externalização do perigo (Crawford, 2006) não decorre apenas da natureza do mundo que é mostrado aos leitores, mas resulta também de outro tipo de escolhas visuais. Como dissemos antes, este funcionamento é simultâneo, apenas distinguido para efeitos de análise. Trata-se das opções realizadas ao nível do funcionamento interaccional das fotografias noticiosas. Repetindo o que referimos na metodologia, é através das escolhas realizadas ao nível interaccional que os leitores são definidos e posicionados face ao mundo mostrado.

Na análise que fizemos da totalidade das fotografias com motivos humanos, no que se refere ao *design* de uma posição para a ou o visionador, vimos que, com excepção das fotografias referentes a fontes, entrevistados ou celebridades, elites de algum tipo, a preferência recai no tipo de imagens classificadas por Kress e van Leeuwen como imagens-oferta. No caso das elites, a imagem pedida é preferida, o que reforça o sentido de ligação entre os leitores e esses participantes humanos (ver figuras 8, 9 e 10, do conjunto II). Se atentarmos nas fotografias que integram o conjun-

to I e o conjunto II mostrados em anexo, poderemos ver isso mesmo. No conjunto I, em nenhuma das fotografias o participante representado olha directamente o leitor. É simplesmente dado a ver, como se fosse um *item* de informação, um objecto, um “espécime” numa classe. Ergue-se assim uma barreira entre os participantes representados e o leitor, que passa deste modo a ver sem ser visto, ocupando a posição de um *voyeur*. A preferência por este tipo de imagem pode ser vista como reprodutora de uma característica do género de discurso jornalístico em causa. Um discurso que pretende ser objectivo, livre de emoções, mostrando a realidade tal como ela é, e que coloca o leitor no lugar de testemunha. Esta intenção é expressa também na escolha do tipo de imagem, a imagem fotográfica, um tipo de imagem que se oferece como uma janela transparente sobre a verdade, como garantia absoluta do seu referente (Sontag, 1979), prova de que “a coisa esteve lá” (Barthes, 1980).

No entanto, se olharmos para as escolhas realizadas ao nível da modalidade das fotografias do conjunto I, vemos que não seguem o código naturalista habitual da fotografia jornalística. Ainda que de formas ligeiramente diferentes em cada um dos casos, os participantes representados são retratados não como se fossem reais, mas como se fossem menos do que reais, ou seja, como imagens. Imagens que podem ser mesmo fantasmagóricas, como no caso da figura 2, onde se recorre à estratégia habitualmente usada pelos media na mostraçãõ de criminosos. Desta forma, os participantes representados tornam-se protótipos, exemplos típicos, e não pessoas particulares, localizadas num espaço e tempo específico. Este efeito é conseguido por vários traços visuais associados à produção de significados interaccional, apresentados a seguir de uma forma agrupada, por estarmos limitados em termos de espaço: ausência de *background*, fundos lisos e desfocados, ausência de cor, jogo de luz e sombra, desfocagem, ausência de profundidade, técnicas de escurecimento, etc. Todas estas escolhas reforçam o efeito de não-envolvimento e distanciamento construídos pela ausência do olhar directo nas imagens, e são ainda enfatizadas pelo tipo de ângulo da câmara (ângulo de tomada de vista) escolhido.

O ângulo de tomada de vista representa outro nível dos significados interaccionais das imagens, associado à construção de relações entre participantes representados na imagem e visionadores. Como se pode ver no conjunto II, todas as imagens-pedido têm um ângulo horizontal oblíquo. Tal significa que o fotógrafo (e assim o leitor) não alinha, não se identifica, não se envolve com os participantes representados. É como se dissesse aos visionadores: estas que vêem não fazem parte do nosso mundo. Mesmo os *close-ups* usados (que realizam significados de proximidade com os par-

ticipantes representados), uma vez que são mostrados numa imagem sem fundo, e estão centrados no ventre, ao invés de significarem proximidade, contribuem para reforçar a distância, uma vez que contribuem para a “genericização” (van Leeuwen, 1997) e “essencialização” do caso mostrado. Em quase metade dos casos do conjunto I (figuras 1, 3 e 5), o ângulo de tomada de vista vertical ajuda à construção de relações de poder: através de ângulos picados, o visionador é colocado na posição de alguém que tem poder sobre o participante representado, que o “olha de cima”.

A última questão que vale a pena frisar diz respeito à definição do leitor. Se as mulheres representadas são colocadas na posição do outro heterossexual, e já vimos os vários “tipos” aí incluídos, quem somos “nós”? Os traços anteriormente apontados permitem fazer um retrato genérico do seu perfil ideológico no que ao gênero diz respeito. Salientamos a evidência empírica do privilégio dado aos homens heterossexuais nesta cobertura, traduzida em termos visuais pela escolha por os manter invisíveis, mesmo nos casos em que pessoas com VIH/SIDA do sexo masculino constituem o motivo da notícia, e por submeter as mulheres ao escrutínio público. Traduz-se também na relevância dada a certos tópicos e na exclusão de outros. Por exemplo, o facto de se excluírem tópicos relacionados com as necessidades das mulheres e se centrarem nas dos homens e nas das crianças. Nas peças que abordam casos de homens com VIH, os discursos usados são diferentes: por exemplo, no caso referido na figura 8, opta-se por enquadrar o caso como sendo um caso de discriminação, colocando os visados no papel de vítimas da sociedade. De um e de outro modo, os homens heterossexuais são desassociados tanto da origem do mal, como do combate ao mesmo, reproduzindo assim na compreensão do VIH a hierarquia clássica da desigualdade de gênero. Nós, neste quadro, significa o nós fálico, o nós patriarcal. Curiosamente, esse alinhamento é visualmente manifesto na figura 7, a última do conjunto I: o ponto de vista a partir do qual o visionador é suposto olhar para “a prostituta” representada (fruto da escolha do ângulo e do enquadramento) é o do “cliente”, a figura representada como estando mais próxima do leitor (colocação na parte da frente da imagem, na mesma posição que nós e que a câmara) e como sendo a figura cuja identidade é necessário proteger (de costas, apenas vulto, com recurso a escurecimento e desfocagem).

Notas conclusivas

Este estudo mostra que as fotografias noticiosas desempenham um papel que ultrapassa o de mera ilustração do que é comunicado na linguagem. A dimensão visual e a dimensão linguística da cobertura jornalística centrada no tema “pessoas com VIH/SIDA” articulam-se de diferentes formas e apresentam cada uma delas particularidades distintas. Mas a “mensagem” que produzem em conjunto é coerente de um ponto de vista ideológico. A ideologia de género que está na base dos discursos que guiam as escolhas linguísticas e também as escolhas visuais é uma só: a patriarcal. Acentuamos que a cobertura é marcada pelo discurso sobre o risco usado pela saúde pública e por um discurso de género conservador. Estes tipos de discursos são visíveis nos tópicos escolhidos e mostrados, mas também nas exclusões e nos modos como se escolhe escrever e mostrar. São os corpos e os comportamentos das mulheres heterossexuais que estão sob escrutínio público, permitindo-se assim que os homens heterossexuais se mantenham na posição (imaginária) privilegiada de “limpos” (Waldby, 1996). A análise também revelou que o “destino” destas mulheres é mostrado aos leitores pelos jornais como não lhes dizendo respeito, mais ainda, como não fazendo parte do seu mundo. O recurso à essencialização visual das mulheres mostradas e à somatização linguística e visual agrava este efeito. Significa desumanizá-las. Como refere Chouliariki (2006: 175), “o humano que sofre é o humano que age. Representá-lo sem agência significa retirar-lhe as suas qualidades psicológicas e corporais e afastá-lo da ordem existencial a que pertence a ou o leitor”.

Poder-se-ia dizer que a defesa do anonimato dos envolvidos constitui uma justificação das escolhas visuais realizadas pelos jornais. No entanto, ainda que assim seja, a análise evidencia que essa norma não se aplica a mulheres e homens da mesma maneira. Importará, portanto, reflectir sobre o assunto para que as práticas jornalísticas integrem novas preocupações na cobertura do VIH/SIDA. As possibilidades oferecidas pela adopção de uma orientação cívica no jornalismo poderá abrir novos caminhos, uma vez que requer uma ética de justiça social, expressa num sentido profissional de responsabilidade pelo diálogo público e pela inclusão da sociedade como um todo (Hodgetts *et al.*, 2008: 62).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardhan, N. (2001), Transnational AIDS-HIV News Narratives: A Critical Exploration of Overarching Frames, *Mass Communication and Society* 4 (3): 283-309.

- de Vries, J. (2008), Newspaper Design as Cultural Change, *Visual Culture* 7 (81): 5-25.
- Barthes, R. (1980), *La Chambre Claire. Note sur la Photographie*, Paris: Seuil.
- Betterton, R. (2002), *Prima Gravida: Reconfiguring the Maternal Body in Visual Representation*, *Feminist Theory* 3: 255-270.
- Campbell, D. (2007), The Visual Economy of HIV/AIDS, www.visual-hiv aids.org.
- Chouliaraki, L. (2006), Towards an Analytics of Mediation, *Critical Discourse Studies* 3 (2): 153-178.
- Crawford, R. (2006), Health as a Meaningful Social Practice, *Health* 10 (4): 401-420.
- Crimp, D. (1992), Portraits of People with AIDS. In *Discourses of Sexuality. From Aristotle to AIDS*, ed. Donna C. Stanton, USA: The University of Michigan Press.
- Fairclough, N. (1995), *Media Discourse*, London: Arnold.
- Gilman, S. (1987), AIDS and Syphilis: the iconography of Disease, *AIDS: Cultural Analysis/Cultural Activism* 43: 87-107.
- Hall, S. (2001), The Spectacle of the Other. In *Discourse Theory and Practice. A Reader*, ed. Margaret Wheterell *et al.*, London: Sage.
- Halliday, M. A. K. (1985), *An Introduction to Functional Grammar*, London: Edward Arnold.
- Huxford, J. (2004), Surveillance, Witnessing and Spectatorship: The News and the War on Images, *Proceedings of the Media Ecology Association* 5.
- Hodgetts, D. *et al.* (2008), Constructing Health News: Possibilities for a Civic-Oriented Journalism, *Health* 12 (1): 43-66.
- Jewitt, C.; Oyama, R. (2001), Visual Meaning: A Social Semiotic Approach. In *Handbook of Visual Analysis*, ed. van Leeuwen, T. & Jewitt, C., London: SageKress. Kress, G.; van Leeuwen, T. (1996), *Reading Images – The Grammar of Visual Design*, London: Routledge.
- Kress, G.; van Leeuwen, T. (1998), Front Pages: (the Critical) Analysis of Newspaper Layout. In *Approaches to Media Discourse*, ed. Allan Bell & Peter Garrett, Oxford: Blackwell Publishers.
- Kress, G.; van Leeuwen, T. (2001), *Multimodal Discourse: The Modes and Media of Contemporary Communication*, Oxford: Oxford University Press.
- Kippax, S.; Race, K. (2003), Sustaining Safe Practice: Twenty Years On, *Social Science & Medicine* 57 (1): 1-12.
- Konstantilidou, C. (2008), The Spectacle of Suffering and Death: the Photographic Representation of War in Greek Newspapers, *Visual Communication* 7 (2): 143-169.
- Lazar, M. (2005), Politicizing Gender in Discourse: Feminist Critical Discourse Analysis as Political Perspective and Praxis. In *Feminist Critical Discourse Analysis: Gender, Ideology and Power*, ed. Michel Lazar. London: Palgrave Macmillan.
- Lynch, J (2000), AIDSTIMES: Representing AIDS in an Age of Anxiety, *Time & Society*, 9 (2/3): 247-267.
- Lupton, D. (1993), Risk as Moral Danger: The Social and Political Functions of Risk Discourse in Public Health, *International Journal of Health Services* 23 (3): 425-435.
- Lupton, D. (1995), *The Imperative of Health: Public Health and the Regulated Body*, Thousand Oaks and New Delhi: Sage.
- Lupton, D. (1993), AIDS Risk and Heterosexuality in the Australian Press, *Discourse & Society* 4 (3): 307-328.
- Mane, D.; Aggleton, P. (2001), Gender and HIV/AIDS: What Do Men have to Do with it?, *Current Sociology* 49 (6): 23-37.
- Martinec, R.; Salway, A. (2005), A System of Image-Text Relations in new (and old) Media, *Visual Communication* 4 (3): 337-371.

- Miller, D. *et al.* (1998), *The Circuit of Mass Communication*, London: Sage.
- Patton, C. (1990), *Inventing AIDS*, New York: Routledge.
- “A Problemática do VIH/SIDA na arena pública: Esboço de análise dos recortes de notícias produzida pela imprensa escrita em Portugal entre 1983 e 2003”, http://www.cesnova.fcsh.unl.pt/DOCS/mundos/papers%20in%20conference%20proceedings/DIAS_Pinto_SET_2006.pdf. Por Fernanda Pinto e Helena Dias, 2006.
- “A cobertura de epidemias na imprensa portuguesa. O caso da Sida”, <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ponte-cristina-cobertura-epidemias-imprensa-portuguesa.pdh>. Por Cristina Ponte, 2005.
- Rao Gupta, G. (2000), *Gender, Sexuality and HIV/AIDS: The What, the Why and the How*, Washington, DC: International Center for Research on Women.
- Richardson, D. (1996), *Contradictions in Discourse: Gender, Sexuality and HIV/AIDS*. In *Sex, Sensibility and Gendered Body*, ed. Jannet Holland & Lisa Adkins, London: Macmillan Press.
- Roth, N.; Hogan, K. (1998), *Gendered Epidemic: Representations of Women in the Age of AIDS*, New York: Routledge.
- Sacks, V. (1996), *Women and AIDS: an Analysis of Media Misrepresentations*, *Social Science & Medicine* 42 (1): 59-73.
- Sckiller *et al.* (1994), *Risky Business: The Cultural Construction of AIDS Risk Groups*, *Social Science & Medicine* 38 (10): 1337-1346.
- Sontag, S. (1977), *On Photography*, London: Penguin.
- Traquina, N. (1998), *VIH/SIDA e o Jornalismo Português*, *Revista de Comunicação e Linguagens* 24.
- Treichler, P. (1987), *Homophobia and Biomedical Discourse: An Epidemic of Signification*, *Cultural Studies* 1, (3): 263-305.
- van Leeuwen, T. (1997), *A representação dos actores sociais*. In *Análise Crítica do Discurso*, ed. Emília Pedro, Lisboa: Caminho.
- van Dijk, T. A. (2005), *Discurso, Notícia e Ideologia*. *Estudos na Análise Crítica do Discurso*, Porto: Campo das Letras.
- van Dijk, T. (1998), *Ideology*. London: Sage.
- Waldby, C. (1996), *AIDS and the Body Politic*, New York: Routledge.
- Watney, S. (1987), *Policing Desire: Pornography, AIDS and the Media*, Minneapolis: University of Minnesota Press.



FONTE: DN, 13/12/2007

Figura 1: *Jovem seropositivo acolhia prostitutas para sobreviver*



FONTE: JN, 25/11/2007

Figura 2: *Não há casos de transmissão de VIH por alimentos*



FONTE: PÚBLICO, 07/05/2008

Figura 3: Um terço das mulheres já engravidou sem querer



FONTE: PÚBLICO, 03/09/2007

Figura 4: Porque é que os portugueses resistem aos preservativos?



FONTE: PÚBLICO, 16/2/2007

Figura 5: Tribunal obriga médica a quebrar sigilo num caso de eventual infecção com HIV



FONTE: DN, 14/04/2008

Figura 6: Grávidas ignoram perigos



FONTE: DN, 18/02/2007

Figura 7: Tribunal ordena quebra de sigilo no caso de sida



FONTE: 24 HORAS, 14/05/2007

Figura 8



Luc Montagnier

Investigador

'Sou um viajante da ciência'

O francês que descobriu o vírus da sida e criou o teste que, em cinco anos, já ultrapassou a fronteira do diagnóstico HIV

Figura 10

FONTE: VISÃO, 25/05/2008

O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS



“A decisão do Tribunal da Relação não tem suporte do ponto de vista científico. Trata-se de preconceito ou persistência na ignorância”

JOSÉ VERA

Responsável pela unidade de tratamento de VIH/sida do Hospital de Cascais



“É uma decisão incompreensível e, no limite, uma atitude discriminatória”

RICARDO CAMACHO

Director do Laboratório de Virologia do Hospital Egas Moniz
Director do Laboratório de Virologia do Hospital Egas Moniz

Figura 9: Esconder sida para manter emprego. Médicos com fortes críticas à decisão judicial

FONTE: VISÃO, 25/05/2008